

## Editorial

Sob o título "Políticas públicas para o acesso à informação", a Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn) lança o seu primeiro número referente ao sétimo volume. Somaram artigos resultantes de pesquisa oriundas das seguintes instituições: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Áurea da Paz Pinheiro, Antonio Liuésjhon dos Santos Melo e Gabriela Freitas de Paiva, por meio do artigo "Gestão e planejamento museológico: a documentação do acervo do Museu do Trem do Piauí, em Parnaíba – PI (2015 – 2017)", nos atualizam acerca dos temas "gestão" e "museu". Percebem a necessária preservação da história e da memória ferroviária nordestina por meio de bens culturais e patrimoniais como a Locomotiva 29 e a estrada de ferro central do Piauí em Parnaíba, considerados patrimônio histórico através de tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 2008. Tais bens não foram suficientes para cadastrar o Museu do Trem do Piauí pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em função da fragilidade documental. Para além dos objetos tridimensionais, o museu precisa da adoção da relação documental e a descrição das peças museológicas que o compõem. Com o objetivo de originar o inventário do acervo do museu, foi realizado este estudo. Foram criados os números de tomo e de registro; a numeração e a marcação das peças; e as catalogações em fichas individuais, com a criação do livro de tomo ou de registro para a documentação do inventário da proposta de museu. Resultando numa dissertação de mestrado, a sua contrapartida primou pelo planejamento e pela gestão da informação, aprimorando as técnicas de conservação de suas peças e de seus documentos, viabilizando os produtos museográficos necessários para a criação do Museu do Trem do Piauí. Na fase atual, o referido museu aguarda o reconhecimento e registro desta instituição no IBRAM.

Sob o título "Contextualizando gênero e diversidade sexual no campo científico da Ciência da Informação", os pesquisadores Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos e Isa Maria Freire visam a construir um diálogo reflexivo entre os estudos sobre gênero e a Ciência da Informação. Apoiando-se na interpretação e no aprofundamento teórico, os autores fundamentam os conceitos de gênero e de diversidade sexual no campo científico da Ciência da Informação. Não apenas tentando compreender as diferenças entre ser homem e ser mulher do ponto de vista biológico, os estudos de gênero incluem-se como política pública, pois envolve a socialização, a cultura, a sexualidade, a orientação sexual, a identidade e a expressão de gênero. Concluem, considerando os resultados coletados e discutidos, que os estudos de gênero e de diversidade sexual são temas emergentes na área da Ciência da Informação.

Com o objetivo de entender como os processos relacionados à Lei de Acesso à Informação (LAI) são tratados pela Marinha do Brasil, as autoras Valquiria de Lima Rodrigues e Elen Cristina Geraldês produziram o artigo "A Lei de Acesso à Informação na Marinha do Brasil: um mapeamento da transparência passiva na instituição". Baseando-se na análise dos dados disponibilizados pelo Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), plataforma situada na internet que registra e monitora os pedidos de informação dos cidadãos ao Poder Executivo Federal, situam a relevância da LAI para transparência passiva. A partir dos dados constantes no e-

SIC entre maio de 2012 a outubro de 2018, incluíram na coleta de dados entrevistas semiestruturadas com o responsável pelo sistema na Marinha. Dentre os resultados, as autoras identificaram (1) aumento do número de solicitações durante os quatro primeiros anos; (2) que a maioria dos demandantes da instituição são homens, com nível superior e moradores da região Sudeste; (3) que os principais motivos apontados pelos cidadãos para justificar a interposição de recursos são o recebimento de informações incompletas ou que não correspondem ao que foi solicitado. Diante disso, as autoras concluíram que há limitação de entendimento por parte dos cidadãos ou uma postura refratária da instituição quanto à liberação de informações. Por isso, sugerem que a Assessoria de Comunicação da Marinha implementem cultura de acesso à informação.

Mais uma vez, o Editorial da Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn) deseja a todos uma proveitosa leitura!

*Dra. Manuela Maia*  
*Me. Danilo Ferreira*